

# **SESSÕES DO PLENÁRIO**

**125ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de dezembro de 2015.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3ºVICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Targino Machado, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(44)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

## **OFÍCIO**

**Do Deputado José de Arimatéia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, quando participou da 15ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília, esteve ausente nas Sessões dos dias 01 a 03/12/2015.**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas da 106ª, 108ª, 110ª, 111ª, 112ª, 113ª, 115ª, 116ª, 117ª e 119ª sessões ordinárias, realizadas respectivamente nos dias 27/10/2015, 03/11/2015, 09/11/2015, 10/11/2015, 11/11/2015, 12/11/2015, 17/11/2015, 18/11/2015, 23/11/2015 e 30/11/2015; 17ª e 18ª sessões extraordinárias, realizadas respectivamente nos dias 27/10/2015 e 18/11/2015; 67ª, 69ª, 72ª e 74ª sessões especiais, realizadas respectivamente nos dias 05/11/2015, 06/11/2015 e 20/11/2015.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre e íncito deputado Adolfo Viana. **(Oradores inscritos)**

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para chamar a atenção desta Casa Legislativa. Na quinta-feira passada, o presidente da Assembleia Legislativa convocou, através do Diário Oficial, uma reunião das comissões conjuntas. Vou ler o decreto do presidente Marcelo Nilo: (Lê):- *“O presidente da Assembleia Legislativa, no uso de uma das suas atribuições regimentais, convoca uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para o dia 10 de dezembro de 2015, 5ª-feira, às 18h30min.”*

Sr. Presidente, gostaria de que V.Exª prestasse bastante atenção no que irei relatar neste momento, para que a Mesa Diretora desta Casa torne nula a reunião mista da quinta-feira, às 18h30min.

Os deputados Adolfo Viana e Sandro Régis solicitaram a verificação do quórum no âmbito das Comissões. E o então presidente, deputado Joseildo Ramos, tomou a iniciativa de fazer a verificação apenas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. E eu, obviamente, pedi a ata da reunião da Comissão e a ata diz que o deputado Adolfo Viana solicitou a verificação de quórum de votação, assim como o deputado Sandro Régis, o que não é verdade, deputado Carlos Geilson. Essa ata que a Assembleia Legislativa ofereceu aos deputados é uma ata que não condiz com a verdade. E quem prova isso não é o deputado Adolfo Viana, quem prova isso é o vídeo da *TV Assembleia* e o áudio das Comissões.

Nós estamos entrando com um requerimento, neste momento, para a Mesa Diretora solicitando a suspensão da sessão conjunta que foi realizada nesta quinta-feira. Nós já havíamos alertado no âmbito das Comissões, no momento em que a reunião ocorria, que o quórum deveria ser verificado em todas as Comissões, mas o presidente da CCJ, deputado Joseildo Ramos, insistiu em não verificar o quórum das Comissões. O fato é que no vídeo gravado pela *TV Assembleia* também está claro que os deputados que fazem parte das Comissões não estavam presentes na reunião, ou

seja, o governo quer aprovar essa PEC de qualquer jeito, passando o rolo compressor por cima da Oposição desta Casa Legislativa e por cima do Regimento da Assembleia Legislativa.

É inadmissível, Sr. Presidente, que esta Casa aceite esse tipo de comportamento. Nós vamos reagir. E se a Mesa Diretora indeferir o nosso pedido de nulidade daquela sessão, nós ingressaremos com uma ação no Tribunal de Justiça.

Não é possível que ao compararmos a ata da reunião com o áudio da Comissão e o vídeo da *TV Assembleia* fique comprovado que a ata da reunião é totalmente diferente do que aconteceu na reunião.

Provoco a Mesa Diretora, ainda chamando a atenção para mais um fato que aconteceu no decorrer da sessão. O presidente da CCJ, quem presidia era o deputado Joseildo Ramos, no terceiro projeto, o PPA que estava sendo discutido, foi o relator, foi o presidente, colocou em votação e homologou o resultado. É um fato nunca visto antes na história deste Parlamento.

A ânsia do governo de aprovar esse pacote de maldades que retira direitos dos trabalhadores, faz com que esse tipo de comportamento por parte de deputados governistas aconteça nesta Casa. Mas não vamos admitir isso, Sr. Presidente. E vamos contar com o bom senso da Mesa Diretora para avaliar a forma irresponsável com que foi conduzida a reunião conjunta da quinta-feira, às 18h30min, no plenário das Comissões desta Assembleia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Adolfo Viana, a Mesa Diretora acolhe a sua representação. Ela será levada a apreciação no âmbito da Mesa na sessão de amanhã. E, obviamente, sendo configurado o seu relato, estando a ata em dissonância com áudio e com o vídeo, a Mesa deverá se posicionar. E antecipo já o meu voto pela nulidade. Mas a Mesa é um colegiado, vamos analisar os fatos. Pelo que V.Ex<sup>a</sup> relata, houve um equívoco aí, mas é necessário que analisemos isso com muito critério e cuidado. O que houve, o porquê da ata não retratar o que de fato aconteceu, segundo o relato do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, estou com cópia da ata em mãos e estou, também, com os vídeos gravados pela *TV Assembleia*, que não me deixam mentir. O que acontece na ata da reunião não condiz com o que aconteceu no âmbito das comissões. E é por esse mesmo motivo que espero que a Mesa Diretora anule a reunião que foi feita na quinta-feira às 18h30min.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Tavares:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, deputado Sandro Régis.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, quinta-feira, na Comissão Conjunta, foram votados diversos projetos, inclusive, deputado Hildécio, a PEC do servidor público e, na sexta-feira, pela manhã, fiz o requerimento solicitando o áudio, o vídeo, as notas taquigráficas e a ata da sessão nas comissões. Fui informado que não tinha notas taquigráficas, porque as sessões nas comissões não são transcritas. Nos encaminharam a ata. Eu, o deputado Adolfo Viana, o jurídico da Oposição e diversos deputados lemos a ata e voltamos a insistir sobre os vídeos. Até porque tinha convicção de que quando fiz a questão de ordem ao nobre e competente presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o nobre deputado Joseildo Ramos, tinha pedido quórum para continuidade da sessão. E tinha convicção disso, mas a ata dizia outra coisa. Olhem o que a ata fala: “O deputado Adolfo Viana solicitou uma verificação de quórum de votação, sendo indeferida por não ser membro da Comissão, o deputado Sandro Régis solicitou outra verificação de quórum de votação.” E aí fiquei pensando que ou eu estava maluco ou essa ata tinha alguma coisa errada.

Agora, pela manhã, eu e o deputado Adolfo Viana ligamos para o presidente para registrar a nossa indignação por, desde sexta-feira, não recebermos o vídeo e o áudio da comissão. Até porque não pedimos favor a ninguém. Todo deputado desta Casa tem que ter acesso a essas informações. Chegam o vídeo e o áudio. Presidente, para minha surpresa, falo: “Questão de ordem, nobre presidente da Comissão, Joseildo Ramos, gostaria de proferir uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da sessão no âmbito das comissões.” E o presidente, comprovado pelo vídeo e pelo áudio, só fez a verificação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Luciano, falo aqui sobre um assunto grave, se nós não tivéssemos requerido o áudio e o vídeo, a ata nos levaria ao erro. A ata que a Assembleia produziu não traduz a verdade. Em nenhum momento a ata trouxe que nós pedimos verificação de quórum de continuidade da sessão e, sim, quórum de votação. Estou no meu quarto mandato nesta Casa e nunca presenciei esse ocorrido. A partir deste momento, Sr. Presidente, do meu ponto de vista pessoal, qualquer documento produzido por esta Casa não pode ser verdadeiro. Não pode ser verdadeiro! Isto aqui tem que ser explicado, porque da forma que está aqui é para atender ao governo. Esta ata que foi conduzida e entregue aos deputados da Oposição é direcionada para atender ao governo.

Nós temos que saber se isso foi erro ou foi pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, Sr. Deputado.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Vou concluir, Sr. Presidente.

É inadmissível um documento oficial da Assembleia trazer um erro desses. É inadmissível. A Mesa Diretora tem que explicar o motivo desse equívoco. Se foi intencional ou não. E a Oposição irá às vias de fato. Porque, como foi esse, deputado Adolfo, já podem ter sido outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem para o deputado Adolfo Menezes, que, inclusive, é integrante da Mesa Diretora.

O Sr. Adolfo Menezes:- Caro Líder da Oposição, meu amigo Sandro Régis, deputado Adolfo Viana, eu só quero dar um testemunho. Coincidentemente, eu estava há pouco com o presidente Marcelo Nilo quando o deputado Adolfo Viana ligou, solicitando a cópia do áudio das atas, e imediatamente o presidente – claro que ele fala por ele, mas só quero dar o meu testemunho desde já – pediu uma ligação para o Dr. Paulo Valente, superintendente encarregado dessa área, e determinou que a entregasse, somente.

Se houve algum erro, aí a questão...

(Manifestação no Plenário.)

Não estou dizendo que houve ou não. O presidente fala por ele, claro. Só estou dizendo que coincidentemente eu estava há pouco com o presidente quando o deputado Adolfo Viana solicitou e imediatamente ele mandou que entregasse. Claro que cabe a vocês verem se houve ou não (erro), quem determinou ou não. Só quero dar o meu testemunho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu estou com a questão de ordem, deputado. V.Ex<sup>a</sup> tem que respeitar a decisão do presidente.

(Manifestação no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Calma, deputado Sandro Régis. V.Ex<sup>a</sup> terá a questão de ordem, seguido pelo deputado Bira Corôa.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, eu agradeço a V.Ex<sup>a</sup> e quero dizer ao deputado Bira que o deputado Adolfo Menezes, integrante da base governista, fez uma questão de ordem. Aqui na Casa há essa praxe: uma para um lado, uma para o outro. Então, se V.Ex<sup>a</sup> tiver um pouquinho de paciência, também terá a oportunidade de fazer uso da palavra.

Deputado Adolfo Menezes, eu quero aqui reafirmar as palavras de V.Ex<sup>a</sup>. Na sexta-feira, eu e o deputado Sandro Régis solicitamos os áudios e o vídeo da reunião

conjunta. Para nossa surpresa, não foram liberados nem o áudio, nem o vídeo, nem na sexta, nem na segunda. O que para mim foi muito estranho, por que sempre nós solicitamos os vídeos e os áudios da *TV Assembleia* e sempre nos foram liberados.

Dessa vez específica, percebemos uma má vontade. Mas, quando falamos com o deputado Marcelo Nilo, imediatamente, ele tomou a posição e mandou que liberasse. E, ao serem liberados, nós constatamos que a ata da reunião está dizendo uma coisa e o vídeo, que é a realidade, sem erros, diz outra completamente diferente. E é por esse motivo que vamos insistir no pedido da nulidade da sessão realizada na quinta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k. deputado. Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem não se destina a estar ou não justificando. É por entender, inclusive, quanto a proposição apresentada pelo deputado Adolfo Viana e reafirmada pelo deputado Sandro Régis, V.Ex<sup>a</sup> fez um encaminhamento, que era conduzir para a Mesa. Aí, volta o encaminhamento para abrir para o Plenário um debate, uma discussão, interrompendo automaticamente o Pequeno Expediente, que estava em curso.

A minha questão de ordem é saber de V.Ex<sup>a</sup> qual é a pauta que a Mesa Diretora conduz neste exato momento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A Mesa vai analisar o pedido encaminhado pelo deputado Adolfo Viana, já acolheu o pedido, e será motivo de análise internamente, mas com certeza o Plenário terá conhecimento da posição da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-Em permuta com o deputado Bira Corôa, falará, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Joseildo Ramos.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa obrigação, como deputados, é prestar contas de cada coisa que façamos. E, embora neste ambiente tenhamos Oposição, Situação e, eventualmente, independentes, não cabe a nenhum deputado aqui, independentemente de qual a sua bandeira, de qual o seu ideário, passar por cima da estrutura que equaliza as relações dentro desta Casa. E o Regimento deveria favorecer essa questão para que os debates fluam, para que as coisas ocorram da maneira mais republicana e democrática possível.

Inclusive, eu não poderia vir... Quero até falar diretamente com o deputado, meu amigo, Adolfo Viana, sobre a primeira das questões que V.Ex<sup>a</sup> fez, na questão do quórum. Se V.Ex<sup>a</sup> observar o art.74, que talvez não diga tudo que precisamos, verão: “Por motivo de urgência ou conveniência dos trabalhos, 2 (duas) ou mais Comissões reunir-se-ão em sessão conjunta por convocação do Presidente da Assembleia ou da maioria dos seus membros.

Paragrafo único - Na apuração do quorum para a sessão conjunta será considerado o número mínimo para cada Comissão isolada.”

Aí está entendido. Quando iniciamos a reunião conjunta das comissões, nós tínhamos 3 matérias na pauta. E com muita clareza – está lá o áudio, não li a ata, verdadeiramente não li – se mostrava que cada uma daquelas matérias seria observada e analisada, primeiro, por 3 comissões, uma das matérias, a outra, por duas, e a do PPA, apenas e tão somente pela Comissão de Constituição e Justiça, muito embora a reunião fosse conjunta para tratar das 3 matérias.

Ora, aí é que duas coisas se impõem. Quando V.Ex<sup>a</sup> pediu o quórum – não estou falando do deputado Adolfo Viana –, no primeiro momento... “Art.72- As Comissões reunir-se-ão presente a maioria absoluta dos seus membros decidindo, entretanto, por maioria simples.” Não deferi, de pronto, o seu pedido, não foi por uma causa de não conceder o pedido, foi porque você, V. Ex<sup>a</sup>, melhor dizendo, não pertencia a nenhuma das 3 comissões que lá estavam. Mas o deputado Sandro Régis pertencia, e imediatamente foi feita, e se V.Ex<sup>a</sup> ler - e inclusive abriu uma discussão naquele momento em que as condições de trabalho estavam normais -, quando pediu, eu lhe disse e mostrei que deveria ser feito isoladamente, porque apenas e tão somente uma das Comissões estava tratando daquela matéria, embora a reunião fosse conjunta. Então, estou seguindo o entendimento - o entendimento! - dessa situação. Esse é o primeiro momento.

O segundo. Não existe, em nenhum momento aqui eu poderia, como presidente, estar relatando o parecer do qual fui relator. Por conta disso, chamei o deputado Euclides Fernandes para presidir e disse, de viva voz, que ia relatar. Passei a fazê-lo e depois do relato do parecer, do relatório, apenas e tão somente um parlamentar pediu a inscrição para fazer a discussão por até 20 minutos, com vários apartes. Foi o deputado Herzem Gusmão, que ali se faz presente. Não houve nada mais depois dele, a não ser questões de ordem.

Preciso concluir, presidente, com a vossa anuência. Acho que é interessante. Já estou terminando. Só isso.

Então, com a vossa aquiescência, Sr. Presidente, digo ao deputado Adolfo que em nenhum momento da discussão nós interferimos, mesmo porque na qualidade de presidente não voto. Só para desempatar. E, se V.Ex<sup>a</sup> buscar neste Regimento, que não nos atende - esse é o grande problema entre nós -, não vai encontrar nada que pertinentemente aponte nessa direção. É porque estamos acostumados aqui a verificar coisas que podem estar próximas da normalidade, mas a bíblia daqui desse processo não encampa essa situação.

Agora, numa coisa o deputado Sandro Régis tem razão. Acabei de falar com ele e não poderia me furtar de tratar do assunto. Mas não causa risco a nenhum interesse desta Casa, porque a ata dificilmente vai sair *ipsis litteris*. Não tenho responsabilidade nenhuma nem dúvida de que a funcionária ou os funcionários que são responsáveis teriam a responsabilidade intencional de fazer nada errado, porque nunca vi nada nesta Casa, independentemente...

Nós vamos passar! Os governos vão se suceder, mas isso aqui é um aparelho de

Estado, um instrumento de Estado. E, se tiver qualquer coisa errada aqui no arrazoado, o áudio e o vídeo haverão de consertar. Então não ficará dúvida, não ficará pedra sobre pedra.

Logo, peço aos senhores... Eu acho que a minha conduta aqui nesta Casa permite - não é? - que a gente possa dizer claramente que do ponto de vista dos meus posicionamentos, da intencionalidade quando presidi aquela sessão, jamais iria na direção de utilizar aquele instrumento, a prerrogativa do cargo de presidente daquela sessão, para construir qualquer interesse privado do meu interesse sobre o interesse desta Assembleia.

Portanto, só vim prestar esses esclarecimentos para que não parem dúvidas acerca da minha conduta. Só isso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O Pequeno Expediente continua.

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta tarde eu tenho um pronunciamento a ser feito, mas dado o assunto que aqui trouxe a esta tribuna e é motivo de discussão agora, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, não posso me furtar a fazer algumas considerações sobre o mesmo, inclusive por ter participado daquela sessão na quinta-feira.

Em relação ao deputado Joseildo como presidente da CCJ, no período em que estive trabalhando nas suas reuniões este ano, quero daqui atestar a lisura da sua condução naquele Colegiado, com exceção das exceções que já fiz lá na nomeação dos relatores. Entendo que não foi nem tem sido observada a proporcionalidade. Esta é a única restrição que faço. Ela já foi registrada na própria Comissão.

Como não se trata de acusar a má-fé de ninguém aqui, mas apenas fatos existentes, o deputado Joseildo Ramos subiu aqui à tribuna e tentou justificar o que entendo não haver justificativa ainda no nosso Regimento Interno: a questão do quórum das Comissões.

Confesso inclusive, presidente, que naquela oportunidade, quando questionado sobre o assunto, veio-me a dúvida. E talvez, também naquele momento, a convicção de que o quórum necessário seria apenas o de uma Comissão. Porém, com os debates feitos neste Plenário, num novo raciocínio mais aprofundado e depois do que V.Ex<sup>a</sup> leu daqui, a minha convicção agora é de que o quórum necessário para a continuidade seria - e é!- das Comissões, porque foi convocada uma reunião delas em conjunto. Então, para que funcionassem, elas todas precisariam do quórum, embora naquele instante ode votação fosse apenas da Comissão de Constituição e Justiça, a qual era só a que atendia à PEC. Mas seria preciso que as Comissões reunidas estivessem compondo o quórum.

Este é o entendimento que tenho agora no Plenário, depois que V.Ex<sup>a</sup> leu os artigos constantes deste RI. Concordo também com o conceito que o senhor traçou aqui.

Acho que há um vício insanável aí: o de não se ter verificado naquela oportunidade. Porque não foi só o deputado Adolfo - que não era membro das Comissões - quem o pediu, e foi indeferido. Também o deputado Sandro Régis imediatamente pediu - está constando na ata - esse mesmo quórum de continuidade da sessão. Consta da ata, repito, e V.Ex<sup>a</sup> deferiu no âmbito da CCJ apenas. Por isso, entendo que esse vício é insanável aqui, agora.

Volto a dizer o que sempre disse: jamais estive nesta tribuna como se na tribuna do libelo, nem jamais estarei. Daqui não estamos fazendo acusações pessoais a ninguém, mas sim apenas uma análise do entendimento. E confesso novamente que, quando houve a situação lá, entendia como V.Ex<sup>a</sup> entende. Mas analisando hoje, pelo que o senhor leu aqui, o Regimento Interno da Casa é solidário ao pensamento dos deputados Adolfo e Sandro Régis naquele momento.

Confesso também que o meu entendimento está vencido. E hoje, para entendermos assim, as Comissões deveriam estar reunidas em conjunto e o quórum para continuidade teria de ser o delas, embora o de votação devesse ser somente o da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, este é o entendimento que vejo aqui. Penso que o melhor para retornar a legitimidade daquela votação, para que se tenha como legítima, e esta efetivamente foi a intenção de todos, inclusive de V.Ex<sup>a</sup>, que é o presidente - de novo faço o meu testemunho da sua conduta à frente da CCJ -, é a própria Comissão ou até a Mesa Diretora anulá-la para que outra votação seja retomada.

Este é o meu entendimento. Como se trata dum Regimento sempre confuso, e a própria legislação, de modo geral, é sujeita a interpretações vagas, penso que seria melhor a cautela. E a anulação, o melhor a se proceder.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Luciano Ribeiro.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Herzem Gusmão.

**O Sr. HERZEM GUSMÃO:-** Sr presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, colegas da Imprensa, vocês que nos acompanham pela TV Assembleia, funcionários desta Casa, chega à Assembleia Legislativa um bom projeto do governo do Estado.

Meu querido Carlos Geilson, Feira de Santana vai comemorar; Pedro Tavares já estava comemorando, deputado Sandro Régis vai criar todas as facilidades para aprovação desse projeto.

Recebi, hoje, um apelo do líder Zé Neto. O governo mandou para cá um projeto de lei que institui o regime de redução no valor de multas aplicadas a todos os vanzeiros, proprietários de ônibus, micro-ônibus do transporte alternativo; 80% para os serviços não cobertos por termos de permissão ou contratos de concessão; para os serviços cobertos por termos de permissão, o contrato é de 30%. Isso viabilizará que todos possam participar do processo licitatório em todo o Estado da Bahia.

Sem dúvida, estas cidades serão contempladas, e cidades polo como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Jequié, necessitam do transporte alternativo como verdadeiramente uma grande opção.

Quero fazer um registro das condições do aeroporto atual de Vitória da Conquista, Pedro Otacílio Figueiredo – temos também um aeroporto regional. Esse aeroporto de Vitória da Conquista é da década de 50. Teve um desastre aéreo em Conquista, em 1954, que vitimou o gerente do Banco do Brasil de Itambé. Os aviões eram os Douglas, que faziam a ponte aérea Rio-São Paulo em 1954. Esse aeroporto de Conquista tem uma tradição de aeroporto regional da década de 50. Operaram em Conquista, na década de 50, a Real e a Nacional com esses aviões Douglas, empresas conhecidas no Brasil.

Recentemente eu dizia aqui que Vitória da Conquista possui seis voos diretos para Salvador, três da Azul, três da Passaredo. A Azul reduziu um, ficaram dois, depois reduziu mais um, ficou apenas um.

E hoje recebemos um comunicado que o único voo da Azul será cancelado. Não é um problema de demanda. Isso em função do cancelamento ou dos cancelamentos de voos, principalmente do período de inverno. Mais recentemente, no período chuvoso, em duas oportunidades, em dois finais de semana, os voos foram cancelados na cidade. Isso representa para o passageiro, e também para as empresas, prejuízos incalculáveis. As empresas são obrigadas a, de novo, efetuar voos com esses mesmos passageiros ou pagar um ônibus, traslado, hotel. Não só isso. Como se não bastassem todos esses prejuízos, as empresas respondem a processos e mais processos, demandas na Justiça, o que desestimula, e a empresa anuncia que está batendo em retirada, e nós ficaremos apenas com os três voos da Passaredo, e já com a preocupação se a Passaredo não tomará o mesmo caminho.

Tudo isso em função do esquecimento do governo do Estado em relação ao aeroporto atual. O aeroporto novo não avança. Teremos agora a previsão para o mês de dezembro/janeiro a conclusão da pista. Mas o terminal de passageiros não tem os recursos na ordem de 30 milhões, muito menos o projeto. Portanto, fazemos um apelo ao governo do Estado.

Recentemente, numa visita a Jequié, o governador admitiu transferir o problema do aeroporto de Conquista para a iniciativa privada através de uma parceria pública-privada. Não avançou, apenas uma fala, um discurso, mais uma promessa. E nós esperamos que o governo do Estado dê uma atenção ao nosso aeroporto regional de Vitória da Conquista.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora é a hora de ouvirmos o belíssimo discurso do deputado Pedro Tavares. Atenção, Srs. Telespectadores da *TV Assembleia*, ouçamos o deputado Pedro Tavares.

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Meu caro presidente, Carlos Geilson, deputadas e deputados presentes, queria, mais uma vez, externar a minha preocupação com os incêndios que vêm ocorrendo em diversas regiões da Bahia, a exemplo da Chapada Diamantina, de Jacobina e da Região Sul da Bahia. Quero pedir o máximo de empenho às autoridades, sejam elas federais ou estaduais, na solução dessa dificuldade. Infelizmente, ficou provado, durante esses incêndios que estão ocorrendo, que o governo do Estado não estava preparado para combater esse tipo de incidente. Incidente que vem causando sérios prejuízos à fauna, à flora e ao ecossistema de diversas regiões da Bahia, como relatei.

Queria também, neste momento, parabenizar o trabalho de diversos voluntários, de diversos brigadistas e também da sociedade, que, mesmo com as dificuldades de atendimento do governo do Estado, têm trabalhado e trabalhado muito. Quero destacar, em especial, na minha região, na região Sul, a grande mobilização de vários segmentos da sociedade, produtores, comerciantes e de toda a comunidade que, de uma forma organizada, conseguiu reunir todos para que fizessem uma espécie de vaquinha. Todo mundo conseguiu doar uma quantia para contratar uma empresa cujo é tentar antecipar as chuvas. Essa empresa, por meio de aviões, faz um processo de nucleação ou de bombeamento das nuvens.

Então, quero parabenizar a sociedade do Sul da Bahia, que está sofrendo e fazendo o papel que era para ser feito pelo governo do Estado. Quem está cumprindo esse papel é a própria sociedade, que teve de fazer uma espécie de cotização para que a nossa região não ficasse sofrendo com os incêndios que têm abalado toda a Região Sul.

Quero fazer, aqui esse apelo às autoridades, sejam elas estaduais ou federais, quero pedir o máximo de empenho. A Bahia não pode sofrer o que está sofrendo com esses incêndios.

Quero parabenizar também as associações e as entidades de classe da região Sul que, reunidas hoje, na sede da Amurc, em Itabuna, fizeram um documento pedindo uma série de ações para o governo estadual e para o governo federal. Ações como: (Lê):- “Contratação de carros pipas; Contratação de horas máquinas; Contratação de serviço de bombardeamento ou semeadura de nuvens; Levantamento da quantidade das áreas de queimadas urbanas e rurais”, entre outras. Então, quero parabenizar toda a sociedade que vem se mobilizando para combater esses incêndios que têm ocorrido no nosso Estado e chamar, mais uma vez, a atenção das autoridades,

porque a Bahia está sofrendo. Como eu disse, o ecossistema, a fauna e a flora estão sendo devastados por esses incêndios.

Queria me associar também às palavras dos deputados Adolfo Viana, Sandro Régis e Luciano Ribeiro. Esta Casa precisa se pronunciar pelo que foi dito aqui pelos deputados. A Mesa Diretora desta Casa precisa tomar uma providência rápida, para que fique, realmente, de fato, demonstrado o que aconteceu. Porque, se aconteceu o fato, é uma coisa gravíssima. Tenho certeza de que aconteceu, está o deputado Adolfo Viana que falou. Esta Casa precisa apurar o que foi dito aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana. O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agradeço a questão de ordem de V.Ex<sup>a</sup>, uma vez que já chegamos ao fim do Pequeno Expediente. Gostaria de fazer uso da minha questão de ordem para falar um pouco sobre o nobre amigo, o deputado Joseildo Ramos, por quem tenho o maior respeito. Tenho a certeza de que ele, na condição de presidente da CCJ, não iria conduzir sem ética aquela comissão. Acho que o que pode ter acontecido foi um engano por parte do deputado Joseildo Ramos.

Eu me pronunciei, antes, e não queria de maneira nenhuma, deputado, que ficasse a impressão de que eu coloquei, aqui, que V.Ex<sup>a</sup> agiu de má fé. Não foi essa a minha intenção, muito pelo contrário.

Aproveitando a minha questão de ordem e baseado, também, nos artigos do Regimento lidos por V.Ex<sup>a</sup>, desta tribuna, percebo que o Regimento é omissivo em algumas coisas. Eu concordo com V.Ex<sup>a</sup>. Mas quando V.Ex<sup>a</sup> preside uma comissão, naturalmente, V.Ex<sup>a</sup> não vota. O presidente não vota, só em caso de empate.

No momento em que relata, V.Ex<sup>a</sup> está votando, no meu entendimento, e presidindo. Então, no meu entendimento, esse é o terceiro questionamento da Bancada de Oposição.

Quero deixar claro que, em momento algum, eu aponte o dedo para V.Ex<sup>a</sup> questionando a sua retidão de caráter, a sua condução no âmbito deste Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu quero dar um testemunho.

Eu fui vice-presidente da CCJ, na legislatura passada, e o presidente era o deputado Joseildo Ramos, se houve um equívoco, pode ter havido, não por má fé, porque posso atestar a conduta ilibada do nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Nobres deputados, eu agradeço pela manifestação de V.Ex<sup>as</sup>.

Em nenhum momento, deputado Adolfo Viana, restou quaisquer dúvidas a respeito da sua fala.

Estamos discutindo, aqui, o entendimento. Está pacificado! Vocês estão cumprindo o papel da Oposição. Como presidente eu, mais uma vez...

A diferença que ocorreu naquele momento é que sempre nos reunimos, as comissões, para tratar de uma matéria, sempre. Uma, duas, três, quatro comissões para tratar de uma matéria.

Pela primeira vez, neste ano – não me recordo nos quatro anos que passei, anteriormente – tivemos uma pauta onde três matérias eram objeto de apreciação, de análise por parte daquelas comissões conjuntas.

Ao abrir a sessão, colocando de maneira clara, de maneira cristalina, nós dissemos quais eram as comissões que seriam responsáveis pelas análises, em separado, de cada uma daquelas matérias.

A dúvida que ficou, por último irá persistir! Eu considero insanável a questão da interpretação, porque aos dois lados compete. O Artigo 74 fala que as comissões, por motivo de urgência, vão se reunir conjuntamente, o parágrafo único apresenta apenas, e tão somente, que a apuração do quórum, não estou falando, não estou especificando, deputado Luciano Ribeiro, qual desses teria sido objeto do requisito, ou de votação ou de continuidade da sessão. Mas, que do mesmo jeito que V.Ex<sup>a</sup>, deputado Adolfo Viana, não poderia pedir o quórum por não ser das comissões. Isso foi vencido, não tem problema, V.Ex<sup>a</sup>, inclusive, concorda.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu não concordo não, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- É uma pena!

Isso está no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Joseildo Ramos!

Um minutinho, deputado Adolfo Viana!

Essa presidência não considera mais questão de ordem sobre esse tema. Até porque já foi encaminhado à Mesa.

O Sr. Adolfo Viana:- Esse é o assunto mais importante.

O Sr. Joseildo Ramos:- Perfeito!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A Mesa vai se pronunciar. V.Ex<sup>a</sup> já fez o pedido, já fez o encaminhamento!

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu quero pedir a reposição do meu tempo, pois preciso falar umas coisas importantes e o deputado Adolfo interrompeu-me. Aí, a minha explicação fica prejudicada.

Mas, ora, se eu, deputado Adolfo, tivesse... Por exemplo, se eu não estivesse presidindo a sessão e a relatoria foi de minha autoria, poderia eu continuar presidindo a sessão e pedir a V.Ex<sup>a</sup>, deputado Adolfo, caso fosse da comissão, para ler o relatório de outro deputado que não poderia ler. Isso não teria problema.

Eu preferi sair da Presidência dos trabalhos da sessão. Veja, o relatório é meu de qualquer maneira. Eu sou o relator. Não é verdade? Então não há contradição. Saí da Presidência dos trabalhos da sessão em questão. Foi feita toda discussão da matéria quando nós voltamos para encerrar o processo.

O que eu quero colocar para você é que não tenha dúvida de que não houve nenhuma intencionalidade para tratar nada aqui com o intuito de proteger ou angariar qualquer posição da nossa parte.

Ao ler mais uma vez, descansadamente, o que consta neste Regimento Interno – que não serve –, observamos que a interpretação dada foi clara e cristalina, porque estávamos tratando de 3 matérias diferentes, de maneira diferenciada, sobre as quais aquelas comissões iriam debruçar-se sobre elas.

Inclusive, no ato de convocação, a própria convocação trouxe, em seu bojo, em seu texto, deputado presidente, quais seriam as comissões que, de maneira conjunta ou isolada, apreciariam as matérias que estavam em pauta.

Para a guisa de esclarecimentos, mais uma vez, reitero que, em nenhum momento, me senti atingido pelos colegas. Não se trata disso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Informo a todos que o Pequeno Expediente foi prorrogado através de acordo. Então, foi feito um acordo, repito, foi feito um acordo. Foi-nos comunicado o acordo e, por ele, estão escritos os deputados Bira Corôa, Carlos Geilson, Pablo Barrozo, Hildécio Meireles e Luiza Maia.

O Sr. Zé Raimundo:- Inclua-me, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vou escrever V.Ex<sup>a</sup>, Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. BIRA CORÔA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, faço uso deste tempo para um esclarecimento. Já transitou, nas redes sociais e na grande imprensa, denúncias que, consequentemente, envolvem o Poder Legislativo do nosso município de Camaçari. Por isso, sinto-me no dever e na obrigação de trazer alguns esclarecimentos a esta Casa.

Vejam, houve uma tentativa muito franca de tentar envolver o Partido dos Trabalhadores e personalidades do Partido dos Trabalhadores, lotadas no município, no escândalo em questão.

Quando fui a fundo pesquisar e me inteirar das informações, trago alguns fatos. Informo que estou preparando um relatório a fim de pedir para o mesmo ser anexado aos Anais desta Casa amanhã. E o intuito desta publicação é a fim de que todos os

edis e os pares desta Casa tenham acesso às informações, trazidas por mim, no dia de hoje e as mesmas são referentes ao caso e aos fatos.

Até porque, há, por trás de tudo isso, um contexto de interesses proferidos aqui nos discursos, principalmente pela Oposição, na tentativa de buscar envolvimento do Partido dos Trabalhadores com possíveis atos ilegais ou ilícitos no País.

Deputada Luiza Maia, quando se pegam ações a respeito de outras siglas partidárias, há uma movimentação intensa no sentido: aquieta, acomoda, esconde dali e esconde daqui.

Por isso, me sinto na obrigação e no dever de fazer este relato hoje. Sei que 5 minutos são poucos. Contudo, pincelarei e me colocarei à disposição para abrir um debate amanhã.

Sr. Presidente, o fato, ocorrido em meu município, levou à prisão do vereador Elinaldo do município de Camaçari; aliás, não apenas o vereador Elinaldo, mas toda uma gama de pessoas.

Tudo isso ocorreu fruto de um processo de investigação do Ministério Público estadual ao acatar as denúncias. Consequentemente, foram quase 2 anos de investigações. Trouxe-se uma pauta para a ação com o setor de investigação da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Constatou-se um conjunto de fatos que levaram à confirmação de atos ilegais. Por parte do Ministério Público, com as assinaturas de 6 promotores públicos, deu-se a denúncia. Comprovou-se a formação de uma quadrilha, considerada pelo Ministério Público, em um esquema altamente violento. Isso condiz com a prisão do vereador. Como consequência, as investigações, feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, levaram à prisão o líder dessa grande organização denominada O Pinta.

Consequentemente, faz bem esclarecer para podermos retratar, pois eu destaquei, aqui, uma série de fatos que retratam todo o ocorrido.

Sei que este tempo não nos permitirá fazer toda a explanação. Mas é interessante dizer que Antônio Elinaldo Araújo da Silva, o vereador; Hélio Leitão dos Santos; e Cristiano Araújo da Silva são apontados como os líderes neste processo. Consequentemente, era em um esquema muito familiar, porque estão lá: o sogro, o vereador, o irmão, o cunhado e a sua esposa. São os indiciados que controlam, praticamente, este grande esquema apresentado pelo Ministério Público.

Pasmem, Sr. Presidente, as pesquisas, apresentadas pelas Polícia Civil da Bahia e o Ministério Público estadual, apontam que este esquema está figurado em Camaçari desde 1987. Segundo o acompanhamento feito de lá para cá, há um mapa que apresenta todo o esquema das relações da movimentação financeira, da sonegação e da lavagem de dinheiro por parte da chamada organização.

Então, sei que o tempo não nos permitirá relatar todo os fatos. Mas me coloco à disposição. Tenho a prudência de me posicionar com cautela, pois tenho muito

respeito ao Parlamento de Camaçari e às pessoas de modo geral.

Logo, faço questão de abrir este debate e esta discussão nesta Casa para esclarecer à sociedade baiana e para esclarecimento aos nossos contribuidores diretos que é o nosso eleitorado. Mas, acima de tudo, em respeito à moralidade, acima de tudo, privo pela integridade do Poder Legislativo, seja ele municipal, estadual ou federal.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que me posicionei chamando de uma intransigência a ação policial quando adentrou ao plenário da Câmara de Vereadores de Camaçari para fazer a prisão do vereador em pleno exercício do mandato. Digo isso, porque estava ocorrendo uma sessão no Legislativo municipal.

Tive o cuidado de ligar para o presidente Marcelino e reportar que ele tinha de acompanhar e de se posicionar como gestor daquela Casa. E o mesmo o fez na rede pública de comunicação, como fez também na posição do Poder Legislativo.

Todavia, não posso, com isso, me curvar a dizer ser justo tal prisão em plena sessão da Câmara de Vereadores. Sou defensor de que as apurações sejam realizadas e que as investigações prossigam para as mesmas serem comprovadas como já está apresentado pelo Ministério Público, corroborado com o pedido de 6 promotores públicos que avaliaram e, também, de 3 juízes.

Consequentemente, espera-se que esta ação seja respondida ao município de Camaçari e ao povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Obrigado, meu caro deputado Pedro Tavares.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, o ex-secretário da Saúde do Estado da Bahia, Jorge Solla, não desencarnou da cadeira de secretário. Acho que ele entendeu que aquilo era uma propriedade dele e poderia, sempre, mandar, desmandar, dar pito, etc. Só que o governador não é mais Jaques Wagner! O governador da Bahia é o Sr. Rui Costa. O secretário da Saúde do Estado da Bahia é, agora, Dr. Fábio Vilas Boas que tem independência e que tem feito uma boa gestão à frente da Secretaria. O Secretário Jorge Solla foi tachado de incompetente pelo Secretário Fábio Vilas Boas que anunciou uma economia de R\$ 300 milhões só em 2015, com corte de desperdícios e combate às distorções encontradas na Secretaria de Saúde do Estado. Economizou 300 milhões mantendo os mesmos serviços de atendimento e, aliás, ainda melhorando em relação ao exercício passado que seria a administração de Jorge Solla.

Essa economia coloca o ex gestor numa saia justíssima. Pior ainda é que tem

muita gente do PT, inclusive o Líder do Governo, o deputado Zé Neto, que comemorou o empenho do Secretário Vilas Boas como se fosse um deputado de oposição. Zé Neto chegou a postar no *Facebook* um link da matéria em que o Secretário Vilas Boas anuncia a economia de R\$ 300 milhões. Se a economia for mesmo de R\$ 300 milhões – eu acredito na palavra do Secretário Vilas Boas – em 4 anos do governo Rui Costa ele vai economizar à frente da Secretaria de Saúde da Bahia 1 bilhão e 200 milhões. Seu correligionário, Luiza Maia, Jorge Sola, que foi um desastre como Secretário, a economia, que é economia sem mexer no atendimento, só combatendo os desperdícios e as distorções, em 4 anos de Rui Costa, vai bater R\$ 1 bilhão e 200 milhões.

O ex Secretário Jorge Sola tem que vir a público e explicar, afinal, é uma quantia considerável de dinheiro público e quem está afirmando tudo é um companheiro de partido de administração. Afinal, os governos Jaques Wagner e Rui Costa são do mesmo partido, da mesma companheirada do Partido dos Trabalhadores. Quem duvidar basta ler com atenção, matéria publicada no Jornal A Tarde do dia 29 de novembro, assinada pelo jornalista Biaggio Talento, alias o próprio título já deixa dúvidas sobre a administração Jorge Sola quando diz: “SESAB corta ganância de R\$ 300 milhões”. Ganância significa excesso de gastos. Foram várias as economias feitas pelo atual Secretário combatendo as distorções e o desperdício. Agora o ex Secretário e atual deputado federal não satisfeito, faz uma campanha contra o atual gestor da Secretaria de Saúde. Fica muito claro que parece que ele ainda não entendeu que ele não é mais Secretário. Ele se tornou opositor ao atual Secretário, opositor ao governo de Rui Costa que, aliás, deu toda a autonomia ao Sr. Secretário Fábio Vilas Boas. Isto está incomodando o Secretário Jorge Sola porque ele quer mandar, quer desmandar, quer dar ordem e ele não entendeu ainda que o tempo dele já era, já foi, acabou. Ele tem que desencarnar, tem que ir para uma sessão espírita, tem que trazer Divaldo Franco para a Secretaria de Saúde para desencarnar Jorge Sola da cadeira de Secretário de Saúde do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra existe uma questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria que o deputado Carlos Geilson, que é da Mesa Diretora assumisse a Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> que é da Mesa diretora e faz parte da nossa bancada, demos entrada, oficialmente a Carlos Machado, no Requerimento solicitando a anulação da sessão do dia 10 de dezembro nas comissões conjuntas, devido a erro apontado neste Plenário e os erros pós sessão.

Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> fizesse esse requerimento como membro e o levasse à Mesa. Pelo nosso entendimento a sessão do dia 10/12 na comissão conjunta está prejudicada. Esta é a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deferida a questão de ordem de V.Ex<sup>a</sup>, este documento será motivo de debate e análise na reunião da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, funcionários e funcionárias, imprensa, deputado Herzem, quero me reportar também, sobre a PEC 148.

Antes porém, quero trazer ao conhecimento desta Casa, até solicitei uma moção de pesar, pelo falecimento do ex-prefeito de Camamu, conhecido como Zequinha da Mata, na quarta-feira da semana passada. Ele foi prefeito daquela cidade por dois mandatos e por último elegeu sua irmã – passando a ser o seu braço direito, na administração de Camamu.

Um dos fatores, certamente, que levaram a morte de Zequinha devem ter sido as agruras de quem governa municípios pobres na Bahia e no Nordeste, com a situação de penúria em que andam os municípios. Da mesma forma, caro deputado Herzem, na sexta-feira faleceu o prefeito de Pé de Serra, Sr. Idelfonso Vítório, inclusive, ele era do Partido dos Trabalhadores – e provavelmente também tenha tido como causa principal de sua passagem, as agruras pelas dificuldades em que os municípios vivem.

Mas, meu caro deputado Zé Raimundo, quando cheguei ao plenário, ouvi com bastante atenção o debate sobre a apreciação da PEC 148 no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento e de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico. Não entrarei no mérito desta discussão – se o deputado Joseildo, presidente da CCJ, está certo ou se o deputado Adolfo Viana.

O que acho, deputado Luciano Simões, é que tem um adágio – que ouvia quando criança – que diz: “Pau que nasce torto morre torto.” Essa PEC, junto com o projeto de lei que a regulamentava, o 21.631, nasceram tortos. Primeiro porque o 21.631 é um projeto de lei que tinha o propósito de regulamentar a PEC e chega nesta Casa primeiro do que a PEC. O deputado Luciano Ribeiro levantou esse assunto com muita propriedade. Esse projeto de lei que regulamentava a PEC simplesmente não existia.

Ainda bem que a Mesa Diretora desta Casa, na pessoa do presidente Marcelo Nilo, teve bom senso e reconheceu que estava errado e tirou de tramitação aquele projeto de lei 21.631 para aguardar a PEC ser aprovada e depois dar entrada novamente depois que a PEC for aprovada, sancionada, publicada e ser posta em vigor.

Bem, assistindo parte de uma das comissões conjuntas que analisavam a PEC, vi que o deputado Luciano Ribeiro demonstrou vários erros de forma na constituição, na construção daquela PEC, quando ele pediu a palavra para comentar sobre o parecer do digno relator, deputado Nelson Leal, ou seja, uma série de falhas de formalidades. Agora vem à tona essa discussão da reunião das comissões no que diz respeito ao quórum da reunião.

Portanto, creio no bom senso, que o governo peça para retirar essa PEC de pauta. Ela precisa ser melhor discutida, apesar de o governo já ter reconhecido o tamanho da malvadeza para com os funcionários e até já ter amenizado os efeitos da PEC. Acho que o bom senso manda que retire essa PEC de pauta. Vamos nos debruçar, discutir com mais profundidade os seus efeitos, chamar os representantes da comunidade dos servidores públicos para que também entrem nesse debate. Para que, então, depois do recesso, depois de votado o orçamento, possamos voltar a discutir nesta Casa a PEC e o projeto de lei que regulamente a mesma. De outro modo, as coisas continuarão, aqui, sendo atropeladas da foma que estão, correndo-se o risco de o próprio governo sancionar leis ou projeto de emenda constitucional com vícios muitas vezes até insanáveis.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa sugestão é esta: que esta Casa tenha bom senso, que a Mesa Diretora tenha bom senso e que consiga retirar de pauta a discussão da PEC 148. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., meu caro deputado Hildécio Meireles.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Na ausência do deputado Pablo, falará a deputada Luíza Maia, que está na relação dos inscritos para proferir seu belíssimo e eloquente discurso.

Com a palavra a deputada Luíza Maia.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Infelizmente, presidente, não é coisa bela que vou falar aqui não, mas é necessário e importante. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, senhores da Imprensa, quero aqui fazer das minhas palavras as do deputado Bira Corôa sobre o problema, a dificuldade que o nosso município está vivendo. Hoje, vemos um braço do crime organizado dito pela Polícia e pelo Ministério Público dentro da política do nosso Município, onde um senhor que passou 8 anos dando porradas em todo mundo, chamando todo mundo de ladrão, que entrou com dezesseis ações contra o ex-prefeito Caetano – ganhamos todas –, posando de paladino da moralidade – estou dizendo que ele é o Demóstenes Torres de Camaçari – aprontou! Aprontou em Camaçari. Agia como se fosse o “porretão”, o retado que fazia e acontecia, o paladino da moralidade, “um cara simples, um cara isso”, quando agora se descobre, depois de 2 anos de investigação da Polícia Civil e do Ministério

Público, feita por seis promotores, o vereador do DEM botou o prefeito ACM, inclusive, numa cilada, porque abonou a sua ficha de filiação. E quero ver se o DEM vai continuar apoiando uma organização criminosa dita pelo Ministério Público e pela Justiça.

Estranhamente, na quinta-feira, no dia 10, vemos esse moço sendo preso dentro de uma sessão na Câmara. Na mesma noite, na calada da noite contratou esse advogado mais caro da Bahia, o Gamil Föppel; nessa calada da noite uma juíza plantonista do Tribunal de Justiça dá um habeas corpus dizendo que aquilo não estava inocentando ele, que as provas que têm contra ele ser chefe dessa organização criminosa, como disse muito bem aqui o deputado Bira Corôa, estão lá, são irrefutáveis as provas.

E vou fazer questão de tirar cópias dos autos para deixar aqui nas mãos, principalmente dos deputados do DEM, que vêm para aqui bater no partido, bater no PT. Aí em Camaçari o boato que eles estão espalhando é que foi armação do PT. Quer dizer, quando prendem alguém do PT, é porque é ladrão; quando prendem do DEM, é porque é armação.

E não tem nada disso, a coisa está muito clara. É uma tristeza para nós. É uma tristeza para o nosso município ver um braço da nossa política sendo tocado da forma que foi, porque um vereador ter quase 5 mil votos em Camaçari... De onde é que está vindo esse dinheiro? Estão aí todas as provas. O deputado Bira amanhã vai falar no grande expediente, vai mostrar aqui o que é realmente que tem acontecido lá. E quero fazer uma denúncia, nesta Casa, porque estão nos ameaçando, ameaçando a nossa militância, mandando cartinhas e bilhetes para o Partido dos Trabalhadores. Ameaças com pichações e outras coisas. Mas não temos medo: quem enfrentou a ditadura militar não pode ter medo de uma organização criminosa comprovada pela polícia, pelo Ministério Público e pela justiça.

Então, estamos fortes, fortalecidos para livrar a nossa cidade do que poderia acontecer de pior. E não podemos vacilar, deputado Bira Corôa, num momento deste.

Quero dizer também que, na mesma quinta-feira, quando esse moço foi solto, largou lá o seu sogro com 71 anos. O advogado grande e poderoso só foi para ele. A organização é da família: é ele, o sogro, a esposa, o irmão, o cunhado e mais uns dois que são ligados. Está aí o nome de todo mundo. Só vamos ler amanhã, porque agora não vai ter tempo para isso.

E queria aqui pedir, fazer um apelo à Bancada do DEM para que nos ajudem. Já está desmoralizada, já está evidenciada publicamente a quadrilha. Espero que o prefeito que abonou a sua ficha de filiação tenha o cuidado agora de fazer como vocês fizeram com Demóstenes Torres, que foi expulso do partido porque realmente foi para a televisão dizer que a responsabilidade era nossa, que era uma prisão política. Mas a própria delegada e os promotores disseram que as provas são técnicas, não tem nada de envolvimento político. Inclusive, numa afronta e num desrespeito total à justiça e à polícia, acho que está lá fazendo carreata com um pinguinho de gente, mas está

fazendo, foi para cima de um trio na feira, também sem ninguém por perto, mas xingando que a responsabilidade era nossa. Eu não mandei ninguém entrar em esparro, e nem organizar quadrilha, e nem fazer organização criminosa para estar atuando.

Vocês precisam ver a movimentação bancária, o que está oficializado depois da quebra do sigilo bancário dele, a movimentação da grana entre esses seis que são os coordenadores, os membros da organização, da quadrilha.

Então como não temos mais tempo, amanhã vamos terminar a nossa fala e vou fazer questão de tirar xérox para dar aos nossos pares, porque quero fazer também um apelo a essa Casa para que nos ajude. Não é possível o aumento da criminalidade, o aumento da droga na nossa cidade foi uma coisa estúpida, e essa organização atuando da forma que estava. Hoje, a coisa está desmascarada, a casa caiu e a gente precisa que os membros desta Casa, que também são políticos, nos ajudem a livrar a nossa cidade desse terror que está acontecendo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Pablo Barrozo.

**O Sr. PABLO BARROZO:-** Boa-tarde, Sr. Presidente, quero saudar todos os presentes no Plenário, deputados e deputadas, amigos, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*.

Deputada Luiza Maia, vim aqui a esta tribuna para falar de um tema que é a violência na Bahia. Infelizmente, deputado Hildécio, nós, hoje, o secretário e o governador Rui do PT perderam a mão da condução. O principal chefe do executivo – que manda, comanda e dá ordem ao secretário de segurança pública, ao delegado-chefe da Polícia Civil, ao comandante da Polícia Militar – perdeu o prumo, perdeu o controle da violência. E aí salta aos olhos quando vejo a deputada Luiza Maia falar da violência que está acontecendo em Camaçari, culpar a violência que está acontecendo em Camaçari; mas parece que o prefeito de Camaçari, o governador da Bahia, onde Camaçari se encontra, não são ligados a ela, não têm grande responsabilidade.

Mas vou ter muito cuidado com minhas palavras, deputada, porque não vou cair no erro que V.Ex<sup>a</sup> comete sempre que sobe a esta tribuna de faltar com a verdade dos fatos que acontecem.

O vereador Erinaldo, como qualquer ser humano, pode incorrer em erros. E, se assim o fez, será punido pela Justiça. E, se assim for decidido, daqui desta tribuna, farei meu discurso aplaudindo a Justiça, assim como aplaudo a Justiça que prendeu esses tiranos que venderam o nosso País, esses tiranos, Luiz Inácio da Silva e a Sr<sup>a</sup> Dilma, financiados pelo governo da Venezuela quando eram apenas sindicalistas. Esse governo da Venezuela que V.Ex<sup>a</sup> tanto defende, que é um governo antidemocrático que espanta as pessoas. E V. Ex<sup>a</sup> vem aqui tratar ele como um governo sério, ou então

o governo de Camaçari que sempre financiou as campanhas petistas aqui na Bahia. Esse mesmo governo que está desesperado porque vai perder a mamata lá em Camaçari, sabe que em Camaçari o povo já se cansou do PT. A administração do PT lá é um fracasso. E V. Ex<sup>a</sup> vem aqui querer fazer política com a Justiça.

Eu subi aqui, e eu nunca disse algo que não tivesse sido comprovado pela Justiça, nunca aplaudi nenhum desmando de senhor qualquer de qualquer partido, porque mais fortes do que os partidos são as pessoas e o caráter delas, e temos que respeitá-las. V. Ex<sup>a</sup>, e, aí, com o respeito que tenho a vossa família, já foi vítima disso. E aqui não vou citar esse caso.

A Sr<sup>a</sup> Luiza Maia:- Cite, que eu me defenderei.

**O Sr. PABLO BARROZO:-** Estou falando na tribuna... Educação de berço é uma história... Eu ouvi V. Ex<sup>a</sup> dali falando do partido do qual faço parte. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me ouvisse também, mas, se V. Ex<sup>a</sup> não puder ouvir, se não tiver essa humildade para ouvir também... Eu não vou citar o caso familiar, mas quero dizer que acredito que V. Ex<sup>a</sup> foi vítima, porque tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup> e pelo seu esposo. Mas aqui não é lugar para ficar brincando de fazer política.

Quero repetir, deputado Bira Corôa, que bem aqui abordou o tema: qualquer membro do Partido Democratas, como foi com o Sr. Demóstenes Torres, com o Sr. Arruda, os quais não conheço, nunca os vi, nem os cumprimentei, mas para se filiar no partido não precisa cumprimentar o deputado estadual Pablo Barrozo, o Líder estadual, deputado Sandro Régis, o prefeito ACM Neto, basta se filiar. Qualquer membro do Democratas que sair da linha de conduta que vá de encontro às leis vigentes neste País eu não baterei palmas. Eu acusarei e apontarei como qualquer um, porque no meu partido não costumamos, e citei dois exemplos bem próximos, passar a mão em cabeça de bandido. A gente não costuma passar a mão em cabeça dessa turma que está presa lá na Polícia Federal e que mantém o maior esquema de corrupção, o maior esquema de corrupção, nunca antes visto no País. E hoje, infelizmente, faz com que vivamos um debate político pobre, em vez de se debater ideias, fica-se buscando quem é mais honesto, ou não. Ou se é honesto, ou não se é.

Não tem mais honesto nem menos honesto.

Do Partido dos Trabalhadores, daria para encher 10 mil caminhões de pessoas. E a carceragem da Polícia Federal está abarrotada de pessoas que estavam nesse partido e foram presas. Se for comprovado que o vereador Elinaldo merece estar preso ou é algum fora da lei, que ele seja preso e que pague por isso. Agora, não venham aqui colocar como se todos fossem iguais, porque no nosso partido não aceitamos essa falta de respeito com as pessoas, com a população baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo, da cidade de Vitória da Conquista.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-** Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu gostaria de agradecer a presença massiva que tivemos no último sábado em Vitória da Conquista, das várias comitivas dos 33 municípios que lá compareceram numa plenária conjunta do meu mandato e do do deputado federal Waldenor Pereira, para fazermos um balanço, uma avaliação da conjuntura e ao mesmo tempo prestarmos contas deste ano dos nossos mandatos. E naturalmente mais de 350 companheiros e companheiras estiveram presentes constatando os grandes avanços e as grandes conquistas, mesmo com esta crise econômica e um ambiente muito ruim na caatinga em função da seca, desta estiagem prolongada.

As conquistas foram efetivamente extraordinárias naquela região com as emendas do nosso deputado federal Waldenor Pereira, a ação do governo do Estado e a participação do nosso mandato aqui em Salvador, reivindicando e levando ações na área da infraestrutura rural com o sistema simplificado de água e a extensão de rede da Embasa. E nas áreas da Saúde e Educação com a doação de ambulâncias e a construção de prédios escolares.

Enfim, foi uma avaliação muito positiva neste 2015 do nosso mandato, mesmo sendo um ano novo em que o governador Rui Costa enfrentou muitos desafios, estruturando duas grandes Secretarias que têm repercussão positiva nos pequenos municípios, as de Infraestrutura Hídrica e Saneamento e de Desenvolvimento Rural, com a presença efetiva da CAR e da Bahiater e, sobretudo, a grande contribuição do deputado federal Waldenor Pereira na região com muitas emendas e muitos recursos tanto para Vitória da Conquista como para toda a região.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de fazer um breve comentário sobre a intervenção de V.Ex<sup>a</sup> acerca da Saúde. Quero dizer que cumpriu um trabalho extraordinário à frente da Sesab o atual deputado federal Jorge Solla, ex-secretário estadual da Saúde e também meu colega de Vitória da Conquista, pois durante um ano foi um grande companheiro nosso lá nos meus mandatos de vice e depois – na prática, por mais um ano igualmente – prefeito.

Naturalmente o novo governo do Estado, este de Rui Costa, o comandante, tem uma nova orientação, um novo secretário. E devemos considerar, de fato, que a política de saúde é a do governo da Bahia e as orientações, do atual secretário estadual. Mas não podemos, digamos assim, ir nessa linha que V.Ex<sup>a</sup> colocou nem querer também confrontar o legado do então secretário Jorge Solla.

É natural, o partido e o governo terão de tomar medidas para que pequenas tensões não sejam publicizadas. E para que se harmonizem, porque efetivamente quem comanda a saúde do Estado é o secretário da Saúde. Quanto a isso, não temos dúvidas e não vamos absolutamente questionar a legitimidade da orientação do Sr. Secretário, Dr. Flávio Vilas Boas, e da mesma forma a do governador Rui Costa.

Como terceiro ponto que gostaria de destacar, Sr. Presidente, mais uma vez, quero dizer à comunidade baiana que o Aeroporto de Vitória da Conquista está quase concluído. O que falta é o terminal de passageiros, que já tem projetos. São dois os que existem: um projeto original, apresentado junto com o das pistas e instalações que fazem parte da estrutura de pouso, movimentação das aeronaves e segurança.

Já havia esse projeto original. Inclusive o reconheceu o governo federal nas gestões dos ministros Moreira Franco e depois Padilha. Mas, em função do Plano Logístico Nacional da presidenta Dilma, que incorporou e colocou Vitória da Conquista nas 19 cidades para uma nova estratégia, a União inicialmente o retirou, porque o financiamento do Fundo de Apoio Aeroportuário não contemplava as instalações de terminais de aeroportos. Então, o nosso aeroporto foi incluído naquele plano e houve essa demora, infelizmente.

Porém já há uma decisão de que o governo do Estado vai chamar a si a responsabilidade e licitar o terminal de aeroporto com recursos federais. Ah, claro que houve uma fala do governador, pensando numa possibilidade até de uma parceria público/privada, mas isso não invalida, absolutamente, o compromisso, não atrasa o compromisso do governador de começar o terminal do aeroporto no próximo ano.

Agora, o nobre deputado Herzem Gusmão, e quando digo radialista/deputado, não é, absolutamente, para desqualificar a função de jornalista, mas digo isso para enfatizar que ao mesmo tempo – o deputado Herzem Gusmão está aqui a minha frente ouvindo, curioso, é, ao mesmo tempo deputado e jornalista e radialista, e ele fala 2 horas: uma hora pela manhã e uma hora à tarde...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-** Para concluir, enquanto jornalista, enquanto..., aliás, nobre deputado também. O deputado jornalista, claro, a lei permite, é legítimo, mas o deputado Zé Raimundo não tem espaço na imprensa, não tem espaço na mídia para falar, para se expressar, a não ser uma ou outra entrevista. Mas quero dizer a Vitória da Conquista que nós estamos trabalhando em defesa.

Finalmente, para concluir, Sr. Presidente, até porque sou o último orador, não há prejuízo de nenhum outro, quero falar dessa questão da Azul. Relembrando que a Azul, não é Vitória da Conquista, é um movimento internacional. A China adquiriu, o grupo chinês, já foi dito aqui pelo deputado, 23% da Azul. A Azul, por sua vez adquiriu a TAP e ao mesmo tempo também absorveu 5% da United Continental. Portanto, é um movimento internacional que pode repercutir, evidentemente, em Vitória da Conquista. Estaremos atentos. Já nos dirigimos, inclusive, ao secretário de Infraestrutura, estamos nos dirigindo ao gabinete do governador pedindo esclarecimento e sua intervenção para garantir, digamos assim, o fluxo que temos, hoje, lá, de mais de 8/10 voos diários.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente, e agradeço pela tolerância e quero dizer que voltarei amanhã para falar sobre esse tema.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Sempre é bom ouvi-lo, mas necessário também que se cumpra o tempo para que possamos ouvir agora o deputado Augusto Narciso Castro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o prefeiturável, em estado de graça, deputado Augusto Narcísio Castro.

**O Sr. AUGUSTO CASTRO:-** Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, imprensa, parlamentares aqui nesta Casa na tarde desta segunda-feira, volto à tribuna desta Casa, primeiro para poder aqui dizer da grave situação que assola a região do cacau: primeiro a falta de chuva, segundo a região que tem um clima natural e tropical, mas enfrenta uma grave crise hídrica. Itabuna e mais 40 municípios do Sul da Bahia estão numa situação muito complicada.

Hoje pela manhã, a Associação dos Municípios, AMURC, reuniu representantes da entidade civil organizada, prefeituras, sindicatos, associações no sentido de buscar, de forma imediata, o apoio do governo, inclusive aqui, vejo a matéria dizendo que o Sr. Governador do Estado adotará medidas para combater a situação em que se encontra a região do cacau: fazendas, produtores, agricultores, realmente assistindo a perda do cacau.

Têm-se uma região que tem um clima tropical muito propício, mas a situação em que se encontra o Sul da Bahia, hoje, é realmente de apelo às autoridades, tanto federal quanto estadual. O município de Itabuna decretou situação de emergência, e essa situação de emergência encontra aqui, na Secretaria Estadual de Defesa Civil e aguarda a homologação da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

Na cidade falta água para o consumo humano, as famílias entraram em situação de desespero. Vê-se guerra nos bairros em função de se obter esse líquido precioso, que é a água. É preciso que o Estado, de forma emergencial, realmente, marque presença na nossa região com a estrutura de secretarias. É preciso que o secretário de Meio Ambiente da Bahia vá a região Sul da Bahia para assistir à queimadas e mais queimadas na região, que o governador nessa reunião que realizou a semana passada, com o prefeito de Itabuna, tome medidas urgentes para acabar com o sofrimento de Itabuna, Itabuna que tem hoje uma população de aproximadamente 220 mil habitantes, é uma cidade que hoje sofre com a falta de abastecimento de água. A cidade hoje tem, no máximo, 15% de esgotamento sanitário. Em 1989 a Embasa repassou para o município de Itabuna, foi feito um comodato para a empresa municipal de água e saneamento administrar o sistema de água e esgotamento sanitário da cidade.

Mas, nossas dificuldades são muito grandes, deputado Herzem Gusmão. Tem uma promessa da construção de uma adutora, uma barragem na cidade de Itapé, que

foi, inclusive, motivo de ordem de serviço na gestão do ex-governador Jaques Wagner. O então governador esteve em Itabuna, assinou a ordem de serviço para construção daquela barragem, contratou vários trabalhadores e esta obra está paralisada até hoje. Houve agora nova licitação, num regime diferenciado de contratação, terceira licitação, houve um consórcio, ganhou a licitação, mas esta obra começa só em março de 2016.

Itabuna precisa urgentemente, e esperamos que o poder público estadual, através da Embasa e da Secretaria Estadual de Saneamento, dê prioridade à barragem, porque afeta diretamente toda a população de Itabuna e do Sul da Bahia, primeiro que não vem indústria para a região do cacau, e a cidade, hoje, está pedindo chuva a São Pedro. Mas, é preciso que o poder público municipal, o poder público estadual crie um comitê de emergência para a região do cacau.

Eu quero, primeiro, parabenizar todas essas entidades e dizer que estamos neste movimento, porque a região Sul da Bahia pede socorro, uma região que contribuiu e não pode estar na situação que está, Sr. Presidente.

Eu gostaria de contar com o apoio do Poder Legislativo, e também que o Estado nos desse algo de concreto para amenizar a situação do Sul da Bahia, especialmente em Itabuna e toda a região do cacau.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Como não temos número suficiente para a continuidade da sessão, a mesma está encerrada.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.*